



## **Religião importa na decisão do voto? Um estudo comparativo sobre a intenção de voto para os cargos Executivos nas eleições de 2014 no Brasil.<sup>1</sup>**

(versão preliminar para debate, favor não citar)

Carolina Almeida de Paula<sup>2</sup>

Mauricio Serpa Moura<sup>3</sup>

Ingrid Pacheco Peregrini<sup>4</sup>

---

### **Apresentação**

O estudo do voto religioso tornou-se objeto de pesquisa crescente dos acadêmicos interessados nas variáveis que interferem na decisão do voto. Os estudos tem-se concentrado majoritariamente nas eleições presidenciais, questionando a existência, ou não, de um voto religioso no Brasil. Mas afinal, religião importa na decisão do voto? A literatura da temática no Brasil tende a seguir duas linhas ao discutir as relações entre voto e religião: (1) estudos descritivos das características socioeconômicas dos eleitores que demonstravam intenção de votarem candidatos com forte vínculo religioso (Pierucci e Prandi, 1996; Bohn 2004; 2007; Borges, 2007); (2) estudos centrados nos perfis dos candidatos e eleitos que participam de instituições religiosas (Mariano e Pierucci, 1992; Oro 2001; 2004; Machado, 2006; Borges, 2007; Tadvall, 2010; Oliveira, 2012).

Nosso texto insere-se na primeira linha. Contudo, o problema que levantamos inova na medida em que expandiremos as hipóteses para as eleições ao Executivo estadual. Através

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho **Cultura política, comportamento e opinião pública** do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ.

<sup>3</sup> Doutor em Administração Pública e Governo. Professor na George Washington University.

<sup>4</sup> Bacharel em Ciência Política pela UNIRIO.

de um conjunto de quatro *surveys face-a-face* de intenção de voto *estimulado* e *espontâneo*, realizados na última semana de campanha eleitoral do primeiro turno (de 30/09 a 04/10) de 2014, propomos aqui um estudo ilustrativo e comparativo das intenções de voto espontâneo em quatro estados brasileiros (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Maranhão). Estes estados engendram alguns dos principais colégios eleitorais do país (em volume de votos). A hipótese do *paper* é que o grau de frequência nos cultos/celebrações/rituais religiosos, afetaram a direção da intenção de voto espontâneo para o Executivo estadual e para o Executivo federal em 2014. Utilizaremos a tipologia de credos religiosos designados pelo IBGE para fins censitários. Estatisticamente, o tema será abordado via regressão logística múltipla para testarmos a hipótese nula de termos ou não um coeficiente positivo da variável religiosa explicativa – descrita anteriormente – diante de uma variável dependente de intenção de voto espontâneo para os respectivos candidatos. Mais precisamente queremos medir se a frequência de cultos/celebrações/rituais religiosos influencia no grau de convicção (indecisos na pergunta de intenção de voto espontânea).

O *paper* está estruturado em mais três seções. Na primeira seção trazemos o debate da variável religiosa no que tange à literatura da temática sobre o comportamento eleitoral no Brasil. Ainda sabemos pouco sobre a importância da mesma na direção do voto. A academia tem se concentrado mais em explorar outras variáveis, como por exemplo, a identificação partidária do eleitorado e sua relação com o voto (Nicolau, 2014). Na sequência, fazemos uma breve exposição dos resultados das eleições presidenciais em 2014 e dos quatro cenários estaduais que engendram a análise, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Na seção três apresentamos e discutimos os dados dos testes estatísticos.

## **1. O comportamento eleitoral no Brasil e a variável religiosa**

A busca de explicações para a direção do voto é uma questão fundamental, podemos inclusive afirmar que é a razão de ser, da linha de estudos convencionalizada “comportamento eleitoral”. Tradicionalmente, a Ciência Política agrega três “escolas” que explicariam o voto: (1) a escola psicológica a, (2) a sociológica e (3) a da escolha racional (Figueiredo, 2008). De modo bastante superficial, já que não cabe aqui reproduzir toda a farta literatura sobre o assunto, para os autores da escola psicológica, imersos na Escola de Michigan nos anos de

1950, os indivíduos formariam suas preferências políticas ao longo da vida (Campbell et al, 1960). Já para a escola sociológica, não caberia olhar para o indivíduo isoladamente, existiria um voto de classe (ou coletivo), em que indivíduos expostos ao mesmo contexto social e ao mesmo meio teriam bases parecidas para a decisão do voto (Lazarsfeld, Paul; Berelson, Bernard; Guadet, Hazel, 1948). Por fim, a escola racional, tendo em Downs (1999) o seu principal representante, explicaria os comportamentos políticos/eleitorais afirmando que os indivíduos são racionais e se comportam de modo intencional, maximizando seus ganhos e lucros, tal como consumidores no mercado econômico. Obviamente que as nuances são mais refinadas do que essa síntese. Contudo, para nós, o que interessa ressaltar é que no Brasil os estudos sobre o comportamento eleitoral tem-se filiado nas últimas décadas em sua maioria à escola racional (Peixoto e Rennó, 2011).

Quando se trata de eleições presidenciais, chama atenção o volume de análises tão logo apuradas as urnas, proliferam àquelas divulgadas na imprensa, muitas contaminadas pelo calor da eleição e por temáticas contextuais. Com a notável velocidade que os dados de votação são disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), essa prática tem sido cada vez mais comum. Contudo, a Ciência Política tem realizado sistematicamente esforços no sentido de entender como se comporta o eleitorado brasileiro. As pesquisas geradas com base nos *surveys* do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)<sup>5</sup>, por exemplo, – feitos em 2002, 2006, 2010 e 2014 – facilitaram que algumas discussões e questões fossem replicadas, favorecendo assim uma visão longitudinal das mudanças e continuidades do comportamento eleitoral dos brasileiros. Antes de entrarmos na discussão da variável religiosa comentaremos alguns pontos que ajudariam a compreender as recentes escolhas do eleitorado, são eles<sup>6</sup>: (a) a distribuição espacial dos votos e as políticas sociais; (b) as características sociodemográficas da população; (c) a preferência partidária dos eleitores;

---

<sup>5</sup> O ESEB uma pesquisa pós-eleitoral de perfil acadêmico associada ao *Projeto Comparative Study of Electoral Systems*, da University of Michigan. É coordenado pela Prof. Rachel Meneguello (CESOP/Unicamp). A cada onda algumas perguntas são acrescentadas e/ou modificadas, mas muitas permanecem iguais. As perguntas interrogam sobre: apoio e participação do respondente ao governo; a participação eleitoral; avaliação das instituições democráticas; perfil demográfico e social dos eleitores; percepção ideológica dos partidos e líderes partidários; entre outras.

<sup>6</sup> Se os pleitos presidenciais têm recebido considerável atenção dos acadêmicos, o mesmo não pode ser dito das eleições para o Executivo estadual, a pesquisa sobre os estados ainda ocorre de modo pontual, como estudos de caso em teses e dissertações. Por isso, as considerações desta síntese serão baseadas na literatura que discute o voto para o Executivo federal.

Sobre a distribuição espacial dos votos em eleições presidenciais recentes, Nicolau e Peixoto (2007), Soares e Terron (2008), Terron e Soares (2010) encontraram mudanças na distribuição espacial dos votos do petista Lula sua primeira e segunda vitória (de 2002 para 2006). De acordo com Soares e Terron (2010:318), nas eleições de 2006, Lula ainda teria o apoio de suas bases anteriores, mas os blocos regionais de municípios de alta votação em 2002 perderam a coesão em 2006, tornando-se mais vulneráveis ao apelo de outros candidatos.

Os autores tendem a concordar que o aspecto de inflexão para a mudança desse território eleitoral do PT seria o impacto no eleitorado do principal programa social do governo Lula, o “Bolsa Família” (Licio et al 2009; Zucco e Power, 2013). Mesmo através de testes estatísticos diferentes os resultados são os mesmos, vejamos:

“A associação entre o percentual de votos obtidos por Lula e os gastos do Bolsa Família é expressiva:  $r = 0,72$  no primeiro turno e  $r = 0,69$  no segundo turno. Esses números indicam que Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos per capita do Bolsa Família (Nicolau e Peixoto, 2007: 21).”

“Fizemos uma regressão espacial sobre as mesmas variáveis do modelo dos autores e constatamos que os coeficientes diminuem no modelo espacial, mas a relação entre eles permanece: o efeito (negativo) da renda domiciliar per capita continua maior do que o efeito (positivo) dos benefícios do PBF 2003-2006 por habitante. Há, como se previa, um redimensionamento das dummies regionais: a correlação aumenta para os municípios do nordeste e diminui para os do norte e do sudeste (Terron e Soares, 2008: 293)”

Salienta-se assim, a concepção de território eleitoral de Terron (2009), de que estes são fluídos e podem ser construídos e desconstruídos, seja através de atitudes individuais ou de grupos de poder. Territórios eleitorais podem ser modificados com relativa velocidade, haja vista este novo padrão espacial das votações do PT, refletindo as escolhas das gestões, como, por exemplo, o alto investimento em políticas de concessão de renda.

Quanto às características sociodemográficas da população e seu comportamento eleitoral a sociologia eleitoral é pródiga em análises desta natureza desde os anos 70e 80. Partindo de análise macroestrutural da política e das eleições, esses trabalhos tendem a identificar a existência do “voto de classe”, considerando a região do eleitor, a profissão e a renda do mesmo (Reis, 2000). Sem tirar o mérito do pioneirismo dessas análises, em anos recentes, os pesquisadores têm procurado sofisticar esse argumento classista incorporando

outros aspectos. O Brasil viveu nos últimos anos uma notável modificação na “pirâmide social e econômica”, com mais de 30 milhões de pessoas ascendendo socialmente e economicamente (Neri, 2011). Mesmo que não haja consenso quanto à definição do que seria e quem comporia, nem mesmo consenso sobre a existência de que esses melhores de brasileiros engendram uma “nova classe média” (Souza, 2012), as características sociodemográficas chaves – renda e região – não saíram de cena para explicar o comportamento eleitoral. Desta forma, as mensurações foram refinadas para dar conta de novos fenômenos, como, por exemplo, o impacto da mobilidade social na decisão do voto.

Peixoto e Rennó (2011) propõem um interessante exercício analítico ao relacionarem a auto percepção de mudança de classe e o voto nas eleições presidenciais de 2010. Através do *survey* nacional do ESEB de 2010, identificam que 55% dos entrevistados perceberam ascensão de classe (entre 2002 e 2010), 37,5% afirmaram que permaneceram na mesma classe durante as duas gestões de Lula, e somente 7,5% declararam uma queda de classe. A partir desses dados os autores argumentam – e depois confirmam estatisticamente via regressão logística multinomial - *que não é o pertencimento a uma classe social ou outra que faz a diferença eleitoral, mas sim a percepção de movimento ascendente que leva apoio ao governo e seu candidato* (Peixoto e Rennó, 2011: 312). Fator esse que explicaria parte da votação da então candidata à sucessão de Lula em 2010, Dilma Rousseff.

No que se refere à preferência partidária, esta tende a ser uma discussão importante nos estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil, Nicolau (2014) afirma que seria inclusive um dos aspectos mais estudados dentro da temática. Veiga (2011) ao analisar o partidarismo entre 2002 e 2010 no Brasil, através de um conjunto de *survey* nacionais, identifica um movimento que oscila entre uma queda de eleitores com identidade partidária entre 2002 e 2006 (36% para 28%) e um novo crescimento neste índice em 2010 (recuperação de 11,2%). Independente de qualquer afirmação vale destacar que o PT, dentre os eleitores que afirmam ter alguma simpatia por partido político, aparece sempre como o partido mais expressivo nesse quesito “preferência partidária”, ainda que o perfil desses eleitores tenha se modificado. Veiga (2011) sugere que a queda de 5% no *survey* de 2006 do ESEB da preferência pelo PT, relativa a 2002, decorre em especial ao escândalo do “mensalão” em 2005. Outro ponto destacado pela autora refere-se à mudança do perfil do eleitor partidário entre 2002 e 2010 seja: na escolaridade, leve acréscimo entre os eleitores

com baixa escolaridade e um discreto decréscimo nas demais faixas; na concentração regional, de 2002 a 2010 o partidarismo cresceu no Nordeste, Norte/Centro Oeste, Sul e teve queda no Sudeste; e a tonalidade ideológica do partidarismo, redução de percentuais no interior dos segmentos de esquerda, centro-esquerda e centro, já grupos de *centro direita e direita passaram a contar com mais eleitores partidários no aumento da média na escala ideológica do perfil do partidário* (Veiga, 2011: 423).

Há tempos observa-se a queda da preferência partidária em todo o mundo (Dalton e Wattenberg, 2002). Pesquisas de opinião recentes têm indicado que após as manifestações de 2013 – e também de 2015 no Brasil – chegamos a um recorde nacional, num sentido decrescente, de preferência por algum partido<sup>7</sup>. Este é um fenômeno que ainda carece de mais pesquisas para que os estudiosos avaliem o impacto na decisão do voto, seja nas eleições de 2014 ou naquelas que ainda virão. O que fizemos aqui foi levantar alguns pontos para ilustrarmos, muito rapidamente, o debate contemporâneo do comportamento eleitoral no país.

Passemos agora à variável religião, que é o objetivo central do *paper*. Se por um lado temos uma sólida tradição nos estudos eleitorais envolvendo aspectos como estes descritos acima, ainda é muito recente o interesse dos acadêmicos em mensurar o lugar da religião na decisão do voto. É possível especular que foi em 2002, com a participação de um candidato à presidência que se definia enquanto um candidato evangélico, Anthony Garotinho, que o tema começa a ficar em evidência. Aliado a isso se observa o crescimento progressivo das chamadas religiões neopentecostais no país<sup>8</sup>. Contudo, não é correto dizer que “religião e política” engendra um fenômeno novo na política brasileira, muito pelo contrário. Prandi e Pierruci (1996) e Oro (2003) relatam que desde a Constituinte de 88 assistimos um movimento, seja de evangélicos quanto de católicos, por maior representação parlamentar<sup>9</sup>. O que talvez tenha causado surpresa foi o volume de votos recebido pelo presidenciável evangélico Garotinho em 2002 (15.180.097, correspondendo a 17,8% dos votos válidos) e pela candidata Marina Silva, também evangélica, que no pleito de 2010 obteve quase 20% dos votos válidos (19.636.359). Em 2014 tivemos dois candidatos nitidamente identificados

---

<sup>7</sup><http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/02/09/arquivo-brasil.pdf>

<sup>8</sup>O último Censo, de 2010, apontou que as religiões de origem pentecostal aumentaram 2,9 pontos percentuais em relação ao Censo 2000, passando de 10,4% para 13,3% (25.370.484 habitantes).

<sup>9</sup>Vale ressaltar que a sociologia e a antropologia estudam há tempos essa conexão, em especial dos evangélicos, com a política, os diversos trabalhos de Pierucci e Oro são exemplos disso. Entretanto, o interesse em explorar os dados sobre o comportamento eleitoral é o aspecto recente.

com o segmento religioso, Pastor Everaldo e Marina Silva, na seção seguinte situaremos melhor a participação de ambos nesta última eleição.

Desde 2002 a questão do “voto religioso” – se existe ou não e qual a influência da crença na decisão do voto – se coloca como permanente aos analistas, com a exceção do pleito de 2006. Porém, talvez por uma dificuldade de obtenção de dados de opinião pública, os trabalhos se concentram em mensurar o lado “dos políticos”, ou seja, estudos centrados nos perfis dos candidatos e eleitos que participam de instituições religiosas. As pesquisas de Bohn (2004; 2007) são referências importantes para o *paper* porque partem de dados referentes aos eleitores. Bohn (2004) estuda as características socioeconômicas, opiniões e preferências dos evangélicos no Brasil. O objetivo da autora é analisar três interpretações que emergem na literatura recente sobre o segmento evangélico. A saber, se a opção pelo evangelismo seria característica de segmentos sociais desprovidos de recursos financeiros; se o comportamento político evangélico está de fato associado à direita do espectro político-ideológico; se haveria privilégio de candidaturas ligado ao segmento evangélico. Além disso, a autora mapeou comportamentos político-eleitoral dos evangélicos no que se refere ao seu nível de sofisticação política, sua preferência partidária e os principais determinantes de seu comportamento eleitoral.

Bohn (2004) utilizou como fonte o *survey* do ESEB 2002 e os dados do censo do IBGE de 1982 e 2000. Através dos testes de chi-quadrado e V de Cramér aponta que a associação do evangelismo com a posição de baixa renda não é exclusividade do segmento evangélico, pois guardaria consideráveis similaridades com o público adepto das religiões católica e afro-brasileiras. As posições dos evangélicos em relação ao aborto e ao homossexualismo não são necessariamente acompanhadas por posturas políticas conservadoras. Para a autora torna-se difícil caracterizar os evangélicos como membros da base do que vem sendo identificado como “nova direita”. Opiniões desse grupo diante de temas econômicos acentuaram ainda mais a dificuldade de posicioná-los claramente à direita ou à esquerda. A análise dos determinantes da escolha eleitoral e partidária revelou que a influência da igreja e das autoridades religiosas é desproporcionalmente maior no caso dos eleitores evangélicos. O aspecto mais interessante da análise foi a dupla constatação de que, tal como os católicos, os evangélicos são pouco expostos aos meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que têm um grau bastante elevado de exposição às autoridades

religiosas de seus respectivos cultos. Essa carência de exposição às fontes de informação midiáticas transformaria o público evangélico num segmento altamente passível de mobilização por parte dos líderes evangélicos.

Em um artigo posterior, Bohn (2007) foca na análise dos pleitos presidenciais de 2002 e 2006. Analisa o comportamento eleitoral dos votantes evangélicos no Brasil e sua percepção sobre o regime democrático. A autora ressalta que nos últimos anos se acumulam estudos que apontam para a crescente relevância do pertencimento religioso como variável para entender o comportamento político de determinados atores políticos e grupos sociais brasileiros. Outros estudos demonstram não só que a religião é uma variável importante, como também que há uniformidade no modo como alguns grupos religiosos se relacionam com o universo político no Brasil. O objetivo da autora é fornecer elementos para entender as similaridades de comportamento eleitoral dos membros de denominações evangélicas. Paralelo a isso, examina também o seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil e especialmente seu grau de adesão a esse regime político.

Utilizando também o *survey* do ESEB 2002 e 2006 sobre o voto nas eleições presidenciais, fez um teste de qui-quadrado de Pearson para verificar o padrão do voto evangélico e uma análise probit para verificar como e se a variável religião explicaria o padrão de votação na eleição presidencial de 2006. Os dados mostraram que os evangélicos no Brasil não formam um grupo de interesse. Os membros das denominações evangélicas no Brasil compõem um grupo de identidade, cuja ação unificada na esfera político-eleitoral depende fortemente da presença de um candidato presidencial publicamente identificado como pertencente a esse segmento e capaz de mobilizar sua filiação religiosa para atrair votos.

Sobre o pleito de 2010, Rennó e Ames (2014) e Nicolau (2014) tocaram, ainda que parcialmente, na variável religiosa, e encontraram alguns resultados com significância estatística. Ao fazer um teste de probabilidade predita com dados de votação do 1º turno e o *survey do ESEB 2010*, Nicolau (2014:322) conclui que *o efeito da religião também foi importante no contraste entre Dilma e Marina. Entre os evangélicos, a probabilidade de votar em Marina cresce, enquanto a de votar em Dilma diminui.* Explorando a questão da frequência no culto/celebrações religiosas, Rennó e Ames (2014) fizeram uma regressão





multinominal e criaram um modelo para analisar a mudança e cristalização de votos ao fim do 1º turno. Baseados no *survey* do EPEB<sup>10</sup> identificaram que:

“Eleitores evangélicos apoiaram Marina, mas não se converteram a ela em número maior na reta final da eleição. Assistir a programas religiosos, por sua vez, serviu para reforçar a convicção de eleitores a votarem nela, mas não a mudarem sua intenção de voto em detrimento de outros candidatos. Já ir a cultos e missas beneficiou Dilma Rousseff, contradizendo expectativas. (Rennó e Ames, 2014: 22)

Diante dos trabalhos acima citados fica difícil não concordar com a importância da variável religiosa nos estudos sobre o comportamento eleitoral. Nossa proposta aqui será testar a variável “religião” para as eleições presidenciais de 2014, mas também expandiremos a análise para os pleitos Executivos estaduais. A próxima seção apresenta um breve desenho das eleições às quais vamos discutir.

## **2. A corrida eleitoral de 2014**

Na disputa presidencial, Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (PSDB) na disputa em segundo turno e foi reeleita para um novo mandato como presidente da República até 2018. Dilma obteve 54.501.118 votos (51,6%) e o tucano, 51.041.155 votos (48,4%). Entre os quatro Estados analisados neste artigo, Dilma venceu em três: Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Enquanto Aécio ganhou maior quantidade de votos apenas no Rio Grande do Sul, Estado em que Dilma construiu sua carreira pública. Porém, a vitória mais simbólica, pelo significado político, ocorreu em Minas onde Dilma venceu no Estado em que Aécio governou por duas vezes e se elegeu senador. O Maranhão foi o Estado que mais contribuiu proporcionalmente para a reeleição da presidente Dilma Rousseff que conquistou 78,8% dos votos. No total, a presidente reeleita obteve vitória em 15 Estados e o tucano em 11 e no Distrito Federal.

No pleito para o Executivo do Rio de Janeiro, quatro candidatos concentraram os votos de mais de 90% dos eleitores: Pezão obteve 40,5% de votos válidos no primeiro turno e 55,8% no segundo turno garantindo o terceiro mandato seguido do PMDB no governo do Rio de Janeiro. Crivella, que terminou o primeiro turno na frente com 20,2%, foi derrotado no

---

<sup>10</sup>O Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro (EPEB) foi uma pesquisa em três ondas, que realizou 4.611 entrevistas ao longo de 2010 no Brasil, envolvendo 16 estados e 60 municípios de todas as regiões.

segundo turno com 44,2% dos votos. Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, apesar da sua boa colocação nas pesquisas possuía alta rejeição do eleitorado e não foi para o segundo turno, terminando a disputa com 19,73%. Além deles, o senador Lindbergh Farias (PT), que mesmo com uma trajetória política estabelecida não apresentou votação expressiva ao final do primeiro turno (10%). Mais três candidatos participaram do pleito: Dayse Oliveira (PSTU), Ney Nunes (PCB) e Tarcisio Motta (PSOL), que juntos receberam 9,4% dos votos válidos.

Já para o cargo de governador do Rio Grande do Sul, O ex-prefeito de Caxias do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), que nas pesquisas aparecia distante em terceiro colocado venceu o segundo turno da eleição no Rio Grande do Sul com ampla vantagem sobre seu adversário candidato à reeleição, Tarso Genro (PT), conquistando 61,2% da preferência dos eleitores contra 38,8% do petista. O peemedebista que no final de agosto tinha apenas 5% de intenções de voto, segundo o Ibope, chegou ao segundo turno em primeiro lugar e com todas as pesquisas apontando sua vitória sobre Tarso. Com a eleição de Sartori, o Estado voltou a ser administrado pelo PMDB, que não ocupava o cargo do executivo estadual desde 2006.

Em Minas Gerais Fernando Pimentel (PT) foi eleito governador logo no primeiro turno sobre Pimenta da Veiga (PSDB) com 53% dos votos contra 42% do tucano. O ex-prefeito de Belo Horizonte leva o Partido dos Trabalhadores a assumir o cargo pela primeira vez em Minas Gerais desde a criação do partido, dando fim à sucessão de vitórias do PSDB no Estado, que durava desde 2002. Apesar do feito único, o resultado já era esperado uma vez que Pimentel liderou todas as pesquisas eleitorais de intenção de voto dos principais institutos desde o início da campanha com ampla margem de diferença, chegando a 18 pontos três dias anteriores ao pleito. Mesmo com o crescimento de Pimenta desde o início de setembro, não foi suficiente para conseguir levar a disputa para o segundo turno.

No Maranhão, Flávio Dino, do PCdoB, foi eleito com mais de 63% dos votos válidos contra 33,7% de Lobão Filho, do PMDB, filho do ministro Edison Lobão. A vitória marca a primeira vez em que um candidato que não é apoiado pelo Palácio dos Leões vence uma eleição para o governo maranhense no primeiro turno. Apesar de serem seis concorrentes ao cargo, a disputa se dividiu principalmente entre Flávio Dino e Lobão Filho, concentrando

97% dos votos. Os demais candidatos: Pedrosa (PSOL), Prof Josivaldo (PCB), Saulo Arcangeli (PSTU) e Zé Luis Lago (PPS) juntos somaram apenas 2,6% dos votos.

### 3. Análise dos dados

#### 3.1 Metodologia de coleta de dados

Conforme mencionado anteriormente, os dados do *paperse* baseiam em quatro *surveys* realizados no período de 30/09 a 04/10 de 2014 (ou seja, faltando poucos dias para o 1º turno das eleições de 2014). Compõe a pesquisa os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande do Sul. A tabela abaixo resume as principais características das coletas de dados:

Localidade e datas	Amostra coletada (nº de entrevistas individuais)	Tipo de amostra	Forma de coleta de dados
Rio de Janeiro (30/09 a 02/10)	2.000	Cotas de sexo e idade, Censo 2010, IBGE.	Ponto de fluxo
Rio Grande do Sul (01/10 a 04/10)	1.800	Cotas de sexo, idade e renda individual, Censo 2010, IBGE.	Ponto de fluxo
Maranhão (30/09 e 01/10)	1.000	Cotas de sexo e idade, Censo 2010, IBGE.	Via telefone fixo
Minas Gerais (30/09 a 04/10)	3.000	Cotas de sexo, idade e renda individual, Censo 2010, IBGE.	Ponto de fluxo

Fonte: pesquisas eleitorais realizadas pelo Ideia Inteligência, 2014 – não registradas no TSE

Em cada uma dessas pesquisas foram realizadas perguntas comuns que possibilitam a comparação de resultados. As principais, no que tange a pergunta principal desse artigo, se referem à intenção de voto espontâneo e aspectos religiosos. Abaixo as perguntas exatamente como foram realizadas:

- 1) No próximo domingo teremos eleições para presidente da república, em quem você pretende votar para presidente ?
- 2) No próximo domingo teremos eleições para governador do estado do (Rio de Janeiro, ou Minas Gerais, ou Rio Grande do Sul ou Maranhão), em quem você pretende votar para governador ?

- 3) Eu vou ler uma lista de religiões e gostaria de perguntar qual delas é a sua: católica, evangélica pentecostal, evangélica não pentecostal, espírita kardecista/espiritualista, candomblé ou outras afro-brasileiras, umbanda, judaica, outras (ou sem religião, e/ou ateus – não acreditam em Deus).
- 4) Quantas vezes por semana o (a) Sr (a) participa de atividades religiosas? Uma vez por semana, mais de uma vez por semana, duas vezes por mês, uma vez por mês, uma vez por ano, não participa, não sabe.

### 3.2 Análise de estatística básica

Na pergunta sobre intenção de voto espontâneo, agregamos os resultados de respondentes que verbalizaram a intenção de voto em algum candidato, e criamos basicamente três modalidades de resposta: **decididos** (que demonstram espontaneamente votar em algum candidato – seja esse candidato (a) qual for), **indecisos** (que espontaneamente dizem não terem decidido ainda em quem votar) e brancos/nulos (que pretendem votar em branco ou anular o voto).

As respostas de cada pergunta para as eleições presidenciais e suas respectivas localidades são as seguintes:

<b>Espontânea Presidente</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Maranhão</b>	<b>Minas Gerais</b>
Decididos	75%	82%	76%	73%
Indecisos	15%	10%	13%	20%
Branco/nulos	10%	8%	11%	7%

Fonte: pesquisas eleitorais realizadas pelo Ideia Inteligência, 2014 – não registradas no TSE

O mesmo foi feito para a pergunta espontânea para governador, as três classificações se repetem e os resultados seguem abaixo:

<b>Espontânea Governador</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Maranhão</b>	<b>Minas Gerais</b>
Decididos	73%	80%	73%	71%
Indecisos	18%	12%	15%	21%
Branco/nulos	9%	8%	12%	8%

Fonte: pesquisas eleitorais realizadas pelo Ideia Inteligência, 2014 – não registradas no TSE

Sobre a segmentação de preferências religiosas, os resultados foram estatisticamente consistentes entre os estados:

<b>Grupo de religiões</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Maranhão</b>	<b>Minas Gerais</b>
Católica	47%	48%	52%	46%
Evangélica Pentecostal	12%	14%	12%	14%
Evangélica Não pentecostal	12%	10%	10%	12%
Espírita/kardecista/espiritualista	10%	11%	8%	10%
Candomblé e outras afro-brasileiras e Umbanda	3%	1%	8%	3%
Judaica	1%	1%	0%	1%
Outras/ateu/não acredita em Deus	15%	16%	10%	14%

Fonte: pesquisas eleitorais realizadas pelo Ideia Inteligência, 2014

Todavia, mais relevante que a auto declarada preferência religiosa é a frequência ou grau de engajamento dos entrevistados em relações ao cultos/celebrações/reuniões de cada religião. Aqui, foram indagados somente os entrevistados que declaram alguma preferência religiosa. As respostas seguem abaixo:

<b>Frequência</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Maranhão</b>	<b>Minas Gerais</b>
Uma vez por semana	17%	20%	25%	22%
Duas vezes por semana ou mais	10%	9%	15%	11%
Uma vez por mês	15%	10%	20%	15%
Duas vezes por mês	18%	20%	10%	12%
Uma vez por ano	5%	10%	5%	5%
Não participa	33%	28%	20%	27%
Não sabe	2%	3%	5%	8%

Fonte: pesquisas eleitorais realizadas pelo Ideia Inteligência, 2014

Portanto, existe um grupo que varia entre 20 a 33% dos entrevistados que declaram não participar de atividades religiosas. Como também existe um grupo que frequenta semanalmente, seja uma vez, duas ou mais de duas vezes por semana que soma entre 27 a 40% dos entrevistados. Nesse contexto, agregamos os dados dos quatro estados para comparar o nível de decisão em relação ao voto presidencial na pergunta espontânea com a frequência de atividades religiosas:

<b>Frequência/ Decisão</b>	<b>Decididos</b>	<b>Indecisos</b>	<b>Branco/Nulos</b>
Uma vez por semana	82%	10%	8%
Duas vezes por semana	88%	6%	6%
Uma vez por mês	80%	10%	10%
Duas vezes por mês	75%	15%	10%
Uma vez por ano	60%	29%	11%
Não participa/Não sabe	61%	31%	8%

Fonte: análise realizada pelos autores, 2015.

Os dados agregados apontam para um nível de indecisão maior inversamente proporcional à participação em atividades religiosas. A tendência também se repete no quadro agregado de intenção de voto espontâneo para governador conforme mostra a tabela abaixo:

<b>Frequência/ Decisão</b>	<b>Decididos</b>	<b>Indecisos</b>	<b>Branco/Nulos</b>
Uma vez por semana	78%	12%	10%
Duas vezes por semana	79%	12%	9%
Uma vez por mês	77%	14%	9%
Duas vezes por mês	70%	15%	15%
Uma vez por ano	70%	19%	11%
Não participa/Não sabe	60%	31%	9%

Fonte: análise realizada pelos autores, 2015.

### 3.3 Resultados da regressão logística e discussão

A hipótese nula a ser testada do presente artigo aponta para um efeito positivo no nível de decisão de voto espontâneo em função do aumento de frequência da atividade religiosa (ou seja, quanto maior a frequência religiosa, maiores as chances de o eleitor estar decidido na pergunta de voto espontâneo). A variável dependente, portanto, é voto espontâneo: aplicação de uma *dummy* para quem tem candidato ou não ( $Y_p$ ).

A principal variável explicativa é o nível de frequência em atividades religiosas. Com um variável contínua de 1 a 6 (sendo 1 o nível mais baixo, ou não participa, e 6 o mais alto ou duas vezes por semana). Além disso, aplicam-se variáveis de controle comuns a todos os *surveys* aplicados que serão sexo (*dummy*), idade e renda individual.

O modelo de regressão logística (uma técnica estatística que tem como objetivo produzir, a partir de um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável frequentemente binária) a ser estimado é o seguinte:

$$(1) Y_p = \alpha + \beta_1 \text{frequencia de atividade religiosa} + \beta_2 \text{sexo} + \beta_3 \text{renda individual} + \beta_4 \text{idade} + \text{es}$$

ou  $Y_p = \alpha + \beta_1 \text{frequencia de atividade religiosa dado } f(\text{sexo, renda individual, idade})$ .

As tabelas 1 e 2 abaixo trazem os resultados dos testes envolvendo o pleito presidencial. Já as tabelas 3 e 4 tratam dos pleitos para o Executivo estadual.

**Tabela 1: Regressão Logística Naive para Voto Espontâneo presidencial**

Variável	Geral	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul	Maranhão	Minas Gerais
Frequência religiosa	4.21*** (0.94)	3.88*** (1.02)	4.10*** (1.70)	2.22*** (0.16)	1.1* (0.06)
Constante	3.88 (1.11)	3.92 (3.22)	3.69 (1.22)	4.05 (2.46)	3.33 (1.88)
Pseudo-R <sup>2</sup> /R <sup>2</sup>	0.16	0.10	0.12	0.09	0.11
Amostra	7.800	2.000	1.800	1.000	3.000

Obs: Robust standard. \*, \*\*, \*\*\* estatisticamente significativa em 10%, 5%, e 1%, respectivamente.

**Tabela 2: Regressão Logística com variáveis de Controle para Voto Espontâneo presidencial**

Variáveis	Geral	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul	Maranhão	Minas Gerais
Frequência religiosa	2.99*** (1.01)	2.72*** (0.86)	3.14*** (1.18)	1.26** (0.05)	0.82 (0.56)
Sexo	-0.01 (0.00)	-0.032 (0.00)	-0.028 (0.00)	-0.0199 (0.00)	-0.011 (0.00)
Renda individual	2.11*** (1.35)	2.45*** (1.13)	2.79*** (1.11)	3.5*** (1.33)	3.87*** (1.21)
Idade	-0.30 (0.08)	-0.07 (0.01)	-0.41 (0.04)	-0.55 (0.43)	-0.18 (0.11)
Constante	3.99*** (1.26)	3.98*** (1.71)	3.77*** (1.99)	5.57*** (1.99)	4.91*** (1.88)
Pseudo-R <sup>2</sup> /R <sup>2</sup>	0.22	0.14	0.15	0.11	0.16
Amostra	7.800	2.000	1.800	1.000	3.000

Obs: Robust standard. \*, \*\*, \*\*\* estatisticamente significativa em 10%, 5%, e 1%, respectivamente.

**Tabela 3: Regressão Logística Naive para Voto Espontâneo para governador**

Variável	Geral	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul	Maranhão	Minas Gerais
Frequência religiosa	3.66*** (1.04)	2.99*** (0.92)	3.51*** (1.38)	2.97*** (0.22)	1.22* (0.09)
Constante	3.77 (1.13)	3.78 (2.91)	3.43 (1.12)	3.81 (2.13)	3.25 (1.75)
Pseudo-	0.14	0.10	0.11	0.08	0.11

R <sup>2</sup> /R <sup>2</sup>					
Amostra	7.800	2.000	1.800	1.000	3.000

Obs: Robust standard. \*, \*\*, \*\*\* estatisticamente significativa em 10%, 5%, e 1%, respectivamente.

**Tabela 4: Regressão Logística com variáveis de Controle para Voto Espontâneo para governador**

Variáveis	Geral	Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul	Maranhão	Minas Gerais
Frequência religiosa	2.66*** (1.04)	2.77*** (1.02)	2.99*** (1.11)	1.04** (0.04)	0.88 (0.59)
Sexo	-0.00 (0.00)	-0.02 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)	-0.001 (0.00)
Renda individual	3.11*** (2.15)	3.45*** (1.19)	2.22*** (1.01)	3.1*** (1.08)	4.5*** (1.77)
Idade	-0.19 (0.08)	-0.09 (0.01)	-0.29 (0.04)	-0.39 (0.21)	-0.11 (0.04)
Constante	3.59*** (1.14)	3.77*** (1.51)	3.55*** (1.78)	4.88*** (1.84)	3.96*** (1.55)
Pseudo-R <sup>2</sup> /R <sup>2</sup>	0.21	0.13	0.13	0.13	0.15
Amostra	7.800	2.000	1.800	1.000	3.000

Obs: Robust standard. \*, \*\*, \*\*\* estatisticamente significativa em 10%, 5%, e 1%, respectivamente.

Olhando para as tabelas (1 e 3), ou seja, sem as variáveis de controle, podemos afirmar que a **frequência religiosa** apresenta alta significância estatística para o *voto espontâneo presidencial* e *espontâneo para governador* nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde atinge seu nível máximo. No Maranhão verificamos valores intermediários e no estado de Minas Gerais não é possível afirmar que a frequência religiosa tenha correlação com a nossa variável dependente. Quando olhamos para as tabelas (2 e 4), em que inserimos nossas variáveis de controle (sexo, renda individual e idade) notamos que no conjunto dos estados em análise somente a *renda individual* pode ser considerada estatisticamente significativa e positivo – em todos os quatro estados – o mesmo não pode ser dito sobre *sexo* e *idade*. Dentre os estados, Minas Gerais é o que aparece com maior força no que tange à *renda individual*, tanto se considerarmos o *voto espontâneo presidencial* quanto *para governador*.

Desse modo confirmamos parcialmente nossa hipótese principal de que quanto maior a frequência da atividade religiosa maiores as chances do eleitor estar decidido na pergunta sobre voto espontâneo presidencial e para governador. A confirmação é parcial, pois os





achados são válidos para os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Maranhão, mas não valem para o estado de Minas Gerais.

Os estudos sobre o impacto dos aspectos religiosos na decisão do voto ainda são tímidos e precisaríamos de uma série longitudinal de eleições para chegarmos a conclusões mais robustas. Podemos especular aqui, diante dos nossos achados, que a frequência religiosa atuaria enquanto um elemento catalisador para a decisão do voto – obviamente que não é o único, visto que não mensuramos outras dimensões para a decisão do voto e esta variável não teve impacto em todos os estados da pesquisa – vis à vis indivíduos não tão assíduos em cultos/celebrações religiosas. Uma explicação para isso reside na própria concepção gregária e socializante da religião, conforme apontaram, entre outros autores, Oro (2003) e Mariano (2005). Dessa forma tornar-se-ia mais “urgente” para o indivíduo que frequenta assiduamente cultos/celebrações/rituais religiosos decidir precocemente seu voto, já que a política passou a ser pauta da agenda das comunidades religiosas nos últimos anos. Seja uma questão de cunho institucional das próprias igrejas, em fazer campanha e eleger seus representantes (Oliveira, 2012, Borges, 2007), ou uma preocupação fluída dos próprios membros das comunidades em escolher em políticos com os quais se identifiquem mais, num tipo de *representação descritiva* (Werneck, 2012).

### Referências Bibliográficas

- BOHN, Simone. *Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. **Opinião Pública**, vol.10, n°2, p.288-338, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)*. **Opinião Pública**, vol.13, n°2, p.366-387, 2007.
- BORGES, Tiago. **Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007.
- CAMPBELL, Angus. et al. **The American voter**. New York: Wiley,1960.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. 2ª Ed., Belo Horizonte: Ed. UFMG; 2008.

LAZARSELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The People's Choice: how voter makes up his mind in a presidential campaign**. 2.ed. New York: Columbia University Press, 1948.

LÍCIO, Elaine, RENNÓ, Lucio; CASTRO, Henrique. *Bolsa Família e voto nas eleições presidenciais de 2006: em busca do elo perdido*. **Opinião Pública**, vol. 15, nº1, p. 31-54. 2009.

MACHADO, Maria das Dores. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005.

NERI, Marcelo. **A nova classe média. O lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NICOLAU, Jairo; PEIXOTO, Vitor. *Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais nas eleições presidenciais de 2006*. In: **Anais XXI Encontro Anual da Anpocs**, 20 set. 2007.

NICOLAU, Jairo. *Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória*. **Opinião Pública**, vol. 20, nº 3, p. 311-325, 2014.

OLIVEIRA, Isabel. *Comportamento Eleitoral e a variável religiosa na decisão do voto: um estudo sobre os eleitores neopentecostais*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2012.

ORO, Ari Pedro. *Religião e Política nas eleições de 2000 em Porto Alegre (RS)*. In: **Debates do NER**. Porto Alegre, UFRGS, ano 2, N. 3 2001

\_\_\_\_\_. *A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e políticos brasileiros*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.53, out. 2003.

\_\_\_\_\_. *Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004*. **Debates do NER** (UFRGS), Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, v. 6, p. 9-34, 2004.

PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. *Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. **Opinião Pública**, vol. 17, nº 2, p. 304-332, 2011.

PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira; PRANDI, José Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

REIS, Fábio. **Mercado e utopia: teoria política, sociedade brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2000

RENNÓ, Lucio ; AMES, Barry . *PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010*. **Opinião Pública**, v. 20, p. 01-25, 2014.



SOARES, Gláucio; TERRON, Sônia. *Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)*. **Opinião Pública**, vol. 14, n° 2, p. 269-301, 2008.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros; nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

TERRON, Sônia; SOARES, Gláucio. *As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio*. **Opinião Pública**, vol. 16, n° 2, p. 310-337, 2010.

TERRON, Sônia. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006)**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

VEIGA, Luciana. *O Partidarismo no Brasil (2002/2010)*. **Opinião Pública**, v. 17, p. 400-425, 2011.

ZUCCO, César; POWER, Timothy. *Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002-2006*. **Latin American Research Review**, 48, 2, p.3-24, 2013.

WERNECK, Vinicius. *Evangélicos e a representação política descritiva no Congresso brasileiro: uma agenda de pesquisa*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2012.

## **OUTRAS FONTES**

Banco de dados do IDEIA INTELIGÊNCIA.